

5º Seminário Presencial do Núcleo Lusófono



Experiência da Guiné-Bissau, Integração das Mudanças Climáticas nas Políticas Públicas

Por: - João Lona Tchedná, DG INA

- António Pansau N'dafá, Ponto Focal GB Núcleo Lusófono

São Tomé, 27 a 30 de Março de 2023

**Tema: Transparência e MRV
sobre o apoio e financiamento
climático necessário e recebido**



CLIMATE
PROMISE
A PARTNER FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT AND CLIMATE ACTION

.be



Parceria para Transparência
no Acordo de Paris
Núcleo Lusófono



CBIT-GSP
CLIMATE TRANSPARENCY

PLANO DE APRESENTAÇÃO

1. Introdução /Contextualização
2. Estado da Integração das Alterações Climáticas nas Políticas Públicas na Guiné-Bissau
3. Conclusões e Recomendações



Parceria para Transparência
no Acordo de Paris
Núcleo Lusófono



CBIT-GSP
CLIMATE TRANSPARENCY

1. INTRODUÇÃO / CONTEXTUALIZAÇÃO

❖ ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

São identificadas “como uma das maiores ameaças ambientais, sociais e económicas que o planeta e a humanidade enfrentam”.

Constituem, por isso, um dos principais desafios para o desenvolvimento da humanidade, havendo um consenso alargado sobre a necessidade de adoptar estratégias que facilitem a adaptação da sociedade às novas condições de clima.

Entende-se por “adaptação” a alteração dos comportamentos e actividades em resposta às alterações do clima, não só para a sua protecção em relação aos impactes negativos mas também para beneficiar de eventuais efeitos positivos que possam ocorrer.

O Plano de Acção Nacional de Adaptação de Guiné-Bissau (PANA, 2006) identificou três sectores como sendo os mais vulneráveis às alterações climáticas:

- Sector agrário;
- Sector dos recursos hídricos; e
- Sector da zona costeira

Os objetivos sectoriais prioritários visando reduzir a vulnerabilidade climática:

- Desenvolver a capacidade de adaptação de sistemas de produção agro-pastoril e florestal;
- Promover a gestão integrada dos recursos hídricos e
- Proteger e evitar a degradação de zonas costeiras das alterações climáticas.



Parceria para Transparência
no Acordo de Paris
Núcleo Lusófono



CBIT-GSP
CLIMATE TRANSPARENCY

❖ POLÍTICAS PÚBLICAS

O termo política pública geralmente transporta o entendimento de uma atuação do Estado referente às decisões de governação para os diferentes setores e, assim, expressa determinada estratégia para a resolução de problemas económicos, sociais, ambientais, entre outros.

É por via das políticas públicas que o Estado materializa a sua ação governativa.

As políticas públicas podem desdobrar-se em diferentes tipologias, como por exemplo, políticas legislativas, políticas sociais, políticas ambientais, políticas económicas e fiscais.

“Uma política é pública quando contempla os interesses públicos, da coletividade (...); também deve ser expressão de um processo público, no sentido de abertura à participação de todos os interessados, diretos e indiretos, para a manifestação clara e transparente das posições em jogo”.



Parceria para Transparência
no Acordo de Paris
Núcleo Lusófono



CBIT-GSP
CLIMATE TRANSPARENCY

❖ **POLÍTICAS PÚBLICAS (cont...)**

Na Guiné-Bissau fala-se muito em políticas públicas, especialmente, no âmbito dos diversos projetos e programas de desenvolvimento atuantes no país. Na necessidade de integrar a dimensão “alterações climáticas” nas políticas públicas.

A emergência deste debate pode ser considerada como resultante de um processo crítico de tomada de consciência das OSC sobre a necessidade de acompanhar e participar nas decisões governativas. Entretanto, muito pouco conhecimento tem sido produzido em relação ao tema.



Parceria para Transparência
no Acordo de Paris
Núcleo Lusófono



CBIT-GSP
CLIMATE TRANSPARENCY

❖ CICLO DAS POLITICAS PÚBLICAS



2. INTEGRAÇÃO DE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA GUINÉ-BISSAU

Os documentos orientadores das políticas públicas, os mais relevantes, podemos citar:

- Plano Estratégico e Operacional Terra Ranka;
- Documento Nacional de Redução da Pobreza (DENARP I e II);
- Programa Nacional de Desenvolvimento “Hora Tchiga”;
- Plano de Contingência contra a COVID-19.



Parceria para Transparência
no Acordo de Paris
Núcleo Lusófono



CBIT-GSP
CLIMATE TRANSPARENCY

Outros documentos setoriais :

- Lei da Terra;
- **Política de Desenvolvimento Agrícola;**
- **Programa Nacional de Investimento Agrícola;**
- **Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;**
- Política Florestal;
- Plano de Desenvolvimento Regional (em algumas localidades);
- Política Nacional de Igualdade e Equidade de Género;
- Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário III;
- Plano de Combate à **MGF** e às Práticas Nefastas à Saúde da Mulher e da Criança;
- Plano Nacional de Luta Contra o Paludismo;
- Plano Director de Água;
- Política Nacional de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos;
- Plano Director de Planificação Costeira;
- Política Nacional de Ordenamento do Território;
- Entre outros.



Parceria para Transparência
no Acordo de Paris
Núcleo Lusófono



CBIT-GSP
CLIMATE TRANSPARENCY

❖ A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

a) As políticas públicas e as ações governativas

A implementação eficiente e eficaz de políticas públicas requer uma série de diligências, que devem ser iniciadas muito antes da própria adoção das mesmas.

Para assegurar a participação e colaboração efetivas e frutíferas de todos os atores, é preciso, antes de tudo, que estes sejam envolvidos desde o momento da identificação do problema até ao da elaboração de soluções.

Uma das grandes vantagens desta abertura é o aumento da eficiência da administração, já que as medidas a serem implementadas têm tendência de contar com a boa vontade e o espírito de colaboração dos atores envolvidos.



Parceria para Transparência
no Acordo de Paris
Núcleo Lusófono



CBIT-GSP
CLIMATE TRANSPARENCY

❖ DESAFIOS E CONSTRANGIMENTOS

Apesar da existência de um senso comum sobre a necessidade de integrar a dimensão “Alterações Climáticas” nas decisões sobre as políticas públicas e no exercício do controlo social, económica e ambiental a prática é bastante diferente.

São profundas as barreiras e constrangimentos enfrentados para o efeito. Um conjunto de fatores obstaculizam a participação efetiva e condicionam esta integração nas políticas públicas:

- (i) Ausência de transparência pública e confiança;
- (ii) Capacidade técnica e financeira limitada das OSC;
- (iii) Fragilidade da relação entre Estado e OSC;
- (iv) Contexto nacional fragilizado pelas vicissitudes políticas e
- (v) Fragilidade de funcionamento da administração pública.



Parceria para Transparência
no Acordo de Paris
Núcleo Lusófono



CBIT-GSP
CLIMATE TRANSPARENCY

❖ CONDIÇÕES FAVORÁVEIS PARA INTEGRAÇÃO DAS AC NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Condições favoráveis para integração da dimensão alterações climáticas nas políticas públicas

Atuação do Governo

- Melhor comunicação e relação com as OSC;
- Maior abertura princípio da administração pública transparente;
- Garantir, por parte do Estado, estrutura física e recursos para que estes espaços institucionais de participação possam funcionar adequadamente;
- Criar e/ou melhorar os mecanismos de acesso às informações públicas, especialmente sobre a elaboração e execução do OGE;

Atuação da Sociedade Civil

- Melhor capacidade técnica e financeira das OSC para o exercício do controlo social;
- Reforçar a capacidade das OSC no domínio dos instrumentos de governação e políticas públicas;
- Fortalecer a cultura de imparcialidade política das OSC com vista a projetar maior confiança e credibilidade das suas ações em relação ao controlo social e ambiental.



Parceria para Transparência
no Acordo de Paris
Núcleo Lusófono



CBIT-GSP
CLIMATE TRANSPARENCY

3. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A participação contínua da sociedade civil na gestão pública é um direito assegurado pela Constituição da República da Guiné-Bissau, permitindo que os cidadãos, não só participem na formulação das políticas públicas, mas, também, fiscalizem de forma permanente e efetiva a aplicação dos recursos públicos.

A Constituição impõe ao Estado o dever de promover esta participação. Apesar de tudo, o nível da previsão Constitucional está ainda muito abaixo do que seria aceitável de uma Constituição moderna.

A nível interno, o Ministério do Ambiente e Biodiversidade (MAB) é a entidade Governamental responsável pela implementação da política do sector do Ambiente e em articulação com outras instituições estatais, privados, OSC, ONGs.



Parceria para Transparência
no Acordo de Paris
Núcleo Lusófono



CBIT-GSP
CLIMATE TRANSPARENCY

❖ RECOMENDAÇÕES

- **Ao Governo**, recomenda-se a necessidade de melhorar o quadro legal através de uma regulamentação especial do direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas, com vista ao fortalecimento da democracia e das políticas de transparência pública;
- **Ao Governo**, recomenda-se criar o Portal da Transparência para o país (a exemplo de outros países lusófonos, a Guiné-Bissau deve esforçar-se no sentido de tornar realidade a existência de um portal da transparência para a disponibilização online de informações e de dados de governação);
- **A OSC**, de concretizar melhor as ações que devem ser desenvolvidas para o reforço das OSC no domínio da participação, influência e monitorização das políticas públicas na Guiné-Bissau.



Parceria para Transparência
no Acordo de Paris
Núcleo Lusófono



CBIT-GSP
CLIMATE TRANSPARENCY

FIM

OBRIGADO PELA ATENÇÃO DISPENSADA!...

1. João Lona Tchedná

Tel.: +245 955422007

Email: J_Lona@yahoo.fr

MAB/INA GUINÉ-BISSAU

2. António Pansau N'Dafá

Tel.: +245 95 5363408

E-mail: pansau69@hotmail.com

MAB/INA GUINÉ-BISSAU



Parceria para Transparência
no Acordo de Paris
Núcleo Lusófono



CBIT-GSP
CLIMATE TRANSPARENCY